

Iluminação Urbana

A construção da paisagem noturna
de sítios históricos

Por Ana Lucia Gonçalves



Foto: Arquivo Ana Lucia Gonçalves

A MUDANÇA DO QUADRO DE DESENVOLVIMENTO científico e tecnológico dos sistemas de iluminação pública nas últimas quatro décadas tem induzido à reflexão e à avaliação crítica do uso da luz artificial nas cidades.

Em um panorama internacional, a década de 70 se caracterizou pelo caráter funcional dos projetos de iluminação, tendo como pressuposto o atendimento à segurança do pedestre, ao tráfego automobilístico e à inibição da violência urbana.

O crescimento da indústria de luminárias, lâmpadas e dos recursos da eletrônica contribuiu para a ampliação do conhecimento da aplicação da luz na cidade a partir das práticas e das experiências da década de 80.

Durante o final do século XX, a iluminação se tornou um instrumento de comunicação estética como meio de afirmação da identidade urbana e de qualificação dos espaços públicos através dos planos diretores de iluminação urbana. A participação da iluminação no movimento contemporâneo de estetização urbana, da qual Henri-Pierre Jeudy, sociólogo francês, faz uma severa análise, vem confirmando o potencial da luz na cidade em face desse processo.

Enquanto na década de 90 a iluminação na Europa apresentava-se como um vetor de comunicação estética e de afirmação da identidade das cidades, nesse início do século XXI, extrapola essa visão e tem como desafio iluminar o *habitat* do homem e criar as ambiências em função do modo de vida das pessoas¹.

Cenário nacional

Em contraposição, a realidade brasileira da iluminação pública se mostrou bem diferente. Na década de 70, houve uma paralisação dos investimentos, quando era embrionária a substituição das lâmpadas incandescentes por lâmpadas de descarga de vapor de mercúrio, mais adequadas ao serviço público na época. No âmbito geral do país, as cidades ofereciam ainda uma iluminação insuficiente. Entretanto, o início do emprego da lâmpada vapor de sódio se reporta a essa época.

A iluminação pode transformar a leitura dos campos visuais, criando novas arquiteturas de luz. Esse poder facultava a reafirmação de uma realidade ou a desestruturação da cidade.

A ampliação dos serviços de iluminação teve novo fôlego no início da década de 80, porém a crise econômica após 1985, caracterizada pela inflação monetária, paralisou os investimentos na área.

A mudança do quadro político com a consolidação da democracia no Brasil, a estabilização gradual da economia e a abertura do mercado brasileiro aos produtos importados na década de 1990, possibilitou a melhoria das instalações, a modernização dos sistemas, a fomentação às pesquisas e aos programas em defesa da economia de energia e da eficiência da iluminação pública.

Preservando história

Para a melhor compreensão da abordagem do tema, torna-se oportuno explicitar a definição do termo *iluminação urbana*, aqui utilizado como “a disciplina que trata a iluminação artificial da cidade sob um enfoque conceitual inserido numa política qualitativa da paisagem e que analisa as especificidades da área quanto ao seu contexto histórico-cultural e comportamental dos usuários, de modo a oferecer-lhes uma melhoria de vida.”²

O objetivo do planejamento da luz na cidade não é mais iluminar apenas as vias de tráfego, os passeios públicos, os prédios e os referenciais culturais, mas sim as ambiências – o espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui, sob essa perspectiva, um meio físico, estético e psicológico, especialmente aparelhado³ que reflita o modo de viver, fazer e pensar das comunidades. Dessa forma, as ambiências revelam a cultura e o espírito do lugar como um ambiente personalizado em um movimento contrário à padronização das cidades e globalização da “lógica” da intervenção urbana.

(1) TELLINI, Serena. *La recherche historique comme base à l'élaboration d'une conception lumière*. Professional Lighting Design (PLD), nº 28, 11/12 2002, p.39. / (2) GONÇALVES, Ana Lucia A. *Iluminação Urbana de Conjuntos Históricos e Tradicionais. Adequação do projeto à ambiência. Uma metodologia para planos diretores de iluminação. O caso do bairro histórico de Paraty*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005, p. XVI. / (3) GONÇALVES, Ana Lucia A, id., ib., p. XV.



Foto: Arquivo Ana Lúcia Gonçalves

Iluminação a gás Sarlat - França - 2003

A construção da paisagem noturna demanda uma moderação entre a racionalidade e o imaginário, não deixando submergir a perspectiva de preservar o mistério da noite.

A postura de respeito à diversidade das culturas e à riqueza das manifestações culturais produzidas pelos povos possibilita a vivência, a experiência e o conhecimento dos verdadeiros valores construídos ao longo da história de cada localidade. A iluminação urbana de bairros tradicionais, conjuntos monumentais e centros históricos, sob a tutela de programas de proteção, privilegia o ponto de vista da política preservacionista do patrimônio ambiental urbano.

A *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*, realizada em Nairóbi em 1976⁴, explicita a necessidade de que os estudos sobre o sítio histórico sejam realizados em sua totali-

dade, considerando as atividades humanas, as construções e as estruturas espaciais, de modo a apresentar o trabalho uma postura ética de respeito aos valores culturais e significados imbuídos nas ambiências.

Nesse contexto, a iluminação urbana de conjuntos urbanos históricos e tradicionais demanda o conhecimento de ciências e técnicas que possam contribuir para a prática projetual e a salvaguarda do patrimônio. O tema é multidisciplinar e abrange a ciência no campo das políticas de proteção e preservação do patrimônio ambiental urbano, do urbanismo, da sociologia urbana, antropologia e fotometria.

Trabalho interdisciplinar

A troca de idéias e experiências profissionais no trabalho interdisciplinar – já instigante por natureza – permite a contribuição dos diversos olhares para o entendimento das diferentes dimensões do objeto de estudo e a elaboração do programa de trabalho.

A incorporação da política de proteção das paisagens culturais nos planos diretores de iluminação urbana é condição *sine qua non* para a unidade da ação de preservação integrada.

A proteção legal e os critérios de intervenção são definidos pelos órgãos federal, estadual e municipal responsáveis pela tutela do bem.

“Espetacularização” das cidades

A iluminação pode transformar a leitura dos campos visuais, criando novas arquiteturas de luz, imagens, cenografias⁵, ambiências e, conseqüentemente, de percepção do objeto e do espaço. Esse poder faculta a reafirmação de uma realidade ou a desestruturação da cidade.

Alguns advogam em defesa da liberdade de criação dos arquitetos da luz ou dos *lighting designers*. Entretanto, são consensos⁶ o princípio da estabilidade da imagem e a relação lógica de associação entre a imagem diurna e noturna das paisagens. Não se trata aqui de uma visão

(4) Ver CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. / (5) Cenografia entendida na concepção de J. Nouvel como o espaço impregnado de significado, conteúdo e emoção ao invés da noção pejorativa de decoração. Entrevista com J. Nouvel in *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Fev. 1984, apud Chelkoff & Thibaud, 1992:41. / (6) CERTU. *Le paysage lumière: pour une politique qualitative de l'éclairage urbain*. Centre d'études sur les réseaux, les transports, l'urbanisme et les constructions publiques, 1998, p. 13.

Anuncie

Lume Arquitetura. Os melhores clientes são os que têm acesso à melhor informação.

Um profissional bem informado reconhece o que é tradição, sem ter medo do novo. Conhecimento é poder. Por isso, Lume Arquitetura é lida pelos melhores profissionais do mercado. São arquitetos, lighting designers, engenheiros, pessoas interessadas em conhecer o produto ou serviço que você tem a oferecer. Anuncie em Lume Arquitetura e ganhe visibilidade na melhor revista do segmento de iluminação.



Publicidade Lume Arquitetura
(11) 3801 3497

publicidade@lumearquitectura.com.br
ou no nosso site: www.lumearquitectura.com.br

LUME
ARQUITETURA
A melhor informação sobre iluminação

Iluminação urbana Centro Histórico Bordeaux - França Catálogo Schröder

Nesse início do século XXI, a iluminação na Europa extrapola - tem como desafio iluminar o *habitat* do homem e criar as ambiências em função do modo de vida das pessoas.



Foto: Arquivo Ana Lucia Gonçalves

ingênua de reproduzir o dia na noite, ato impossível, tendo em vista as diferenças das características da luz natural e da artificial. O dia e a noite representam dois momentos temporais com atmosferas de qualidades distintas e marcantes com atributos particulares que devem ser contemplados na sua forma.

A construção da paisagem noturna demanda uma moderação entre a racionalidade e o imaginário, não deixando submergir a perspectiva de preservar *o mistério da noite*⁷. Áreas e elementos superiluminados bem acima dos níveis recomendáveis de iluminação são uma tônica em algumas cidades brasileiras, ocasionando o desequilíbrio entre as ambiências e o bem valorizado e seu entorno.

O fenômeno de “espetacularização” das cidades e dos monumentos históricos revela mais um cunho comercial e um interesse de *marketing* político em decorrência da visibilidade do projeto do que uma concepção contextualizada a partir das especificidades do lugar, do perfil cultural da população usuária do local e das tradições urbanas.

Os verdadeiros valores históricos e estéticos não conseguem aflorar mediante as atuais ações isoladas sobre o patrimônio em meio à sua acepção equivocada de bem de consumo e de espetáculo. Conseqüentemente, em relação ao significado simbólico do patrimônio clama-se por uma mudança contra o processo de especulação dos bens patrimoniais em busca das singularidades das relações do homem com a cidade registradas ao longo de sua história.

Estruturas democráticas como solução

Apesar de o critério da reversibilidade da intervenção ser utilizado na análise das propostas de iluminação, não é um critério determinante por envolver, em alguns casos a perda de identidade do patrimônio, ao destituí-lo dos seus valores culturais, e a desconstrução da imagem tradicional do monumento.

A crença no trabalho interdisciplinar em estruturas mais democráticas com a participação dos atores dos espaços públicos, tendo a população como a principal integrante, por meio de suas representações legitimadas, na formulação dos programas e elaboração de projetos que envolvem o destino e a feição das cidades, desponta como a alternativa em busca de soluções que correspondem à realidade e às necessidades físicas e emocionais da sociedade. ◀

Ana Lucia Gonçalves é arquiteta pela FAU/UFRJ, mestre em conforto ambiental - FAU/UFRJ, doutora em estruturas ambientais urbanas - FAUUSP e arquiteta 6º SR/IPHAN - Minc.